

AUTORIA

JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO

LTR[®]

1987 2000 2010

AÇÕES AFIRMATIVAS

**5ª EDIÇÃO
2023**



LTr Editora Ltda.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Junho, 2023

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
Projeto de capa: DANILO REBELLO
Impressão: META BRASIL

Versão impressa — LTr 6413.5 — ISBN 978-65-5883-243-0
Versão digital — LTr 9887.5 — ISBN 978-65-5883-244-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brito Filho, José Claudio Monteiro de
Ações afirmativas / José Claudio Monteiro de
Brito Filho. — 5. ed. — São Paulo, SP : LTr Editora, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5883-243-0

1. Ações afirmativas 2. Direito do trabalho 3. Igualdade racial
4. Políticas públicas (Direito) I. Título.

23-155347

CDU-34:32

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito e políticas afirmativas 34:32

Tábata Alves da Silva — Bibliotecária — CRB-8/9253

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	7
---------------------	---

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPÍTULO I PRESSUPOSTOS PARA A ADOÇÃO DE UM MODELO DE IGUALDADE QUE JUSTIFIQUE AS AÇÕES AFIRMATIVAS

1.1. Alguns pressupostos para a adoção do modelo	15
1.2. A justiça distributiva	25

CAPÍTULO II IGUALDADE DE RECURSOS E AÇÃO AFIRMATIVA

2.1. John Rawls e a concepção contemporânea de justiça distributiva	35
2.2. Uma versão ampliada da justiça distributiva e do liberalismo igualitário: a igualdade de recursos de Ronald Dworkin	49
2.3. Amartya Sen e a igualdade nos funcionamentos: uma possibilidade de complementação do pensamento de Dworkin	56
2.4. Considerações finais: a justiça das ações afirmativas	59

CAPÍTULO III AÇÕES AFIRMATIVAS: NOÇÕES GERAIS E CRITÉRIOS

3.1. As ações afirmativas como forma de combater a discriminação.....	63
3.2. Definição, denominação, classificação e duração das ações afirmativas....	65
3.3. Critérios para a validade dos programas de ação afirmativa	72

CAPÍTULO IV PROGRAMAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS

4.1. Cotas sociais	81
4.2. Pessoas com deficiência e mercado de trabalho	95

4.3. Povos indígenas.....	101
4.4. Concluindo o capítulo.....	116

CAPÍTULO V

NOVAS QUESTÕES A RESPEITO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

5.1. A Decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 186/DF.....	121
5.2. A Lei n. 12.711/2012.....	127
5.3. Considerações finais a respeito dos limites das ações afirmativas em modelo de justiça distributiva, a propósito da Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014.....	130
REFERÊNCIAS	135